

Religião e Política na América  
Latina: passado e presente

**Editores**

Ceci Maria Costa Baptista Mariani,  
Breno Martins Campos

**Conflito de interesses**

Não há conflito de interesses.

**Recebido**

18 fev. 2024

**Versão Final**

16 set. 2024

**Aprovado**

25 set. 2024

# Política, Religião e tensões sociais no Brasil: passado e presente<sup>1</sup>

## *Politics, Religion and social stresses in Brazil: past and present*

Glauco Barsalini<sup>1</sup> 

<sup>2</sup> Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), Faculdade de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião. Campinas, SP, Brasil. E-mail: <glauco@puc-campinas.edu.br>.

**Como citar este artigo:** Barsalini, G. Política, Religião e tensões sociais no Brasil: passado e presente. *Reflexão*, v. 49, e2411458, 2024. <https://doi.org/10.24220/2447-6803v49a2024e11458>

### Resumo

Lastreado em revisão bibliográfica histórico-sociológica e em pesquisas recentes em Ciências da Religião, este artigo apresenta, em perspectiva crítica, um traçado histórico das relações entre a política, a religião e as tensões sociais que marcaram o Brasil da segunda metade do século XX à atualidade.

**Palavras-chave:** Conservadorismo. Conjuntura política. Religião. Tensões sociais.

### Abstract

Based on a historical-sociological bibliographic review and recent research in Religious Sciences, this article presents, from a critical perspective, a historical outline of the relations between politics, religion and the social tensions that marked Brazil from the second half of the 20th century to the actuality.

**Keywords:** Conservatism. Political scenario. Religion. Social tensions.

### Introdução

Há sessenta anos, um golpe civil-militar impôs um longo intervalo à democracia brasileira, ao mesmo tempo em que ceifou um projeto de país que visava alçar o Brasil a uma condição de maior importância na esfera das grandes economias mundiais.

Contraditado, desde o seu início, por reações internas e externas, de agentes comprometidos com a democracia e/ou engajados na luta contra o imperialismo norte-americano e/ou compromissados com planos de emancipação popular, vinculados aos universos religioso, sindical, acadêmico, político, jurídico, artístico, aos movimentos sociais – no campo e na cidade –, o regime ditatorial contou, por outro lado, com o apoio do capital internacional e dos Estados imperialistas capitalistas, da

<sup>1</sup> Parte deste artigo corresponde à conferência realizada por nós na 56<sup>a</sup>. Assembleia Geral da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), ocorrida em Aparecida do Norte (SP), em 11 de abril de 2018, cuja finalidade era apresentar, inicialmente, um esquema histórico-sociológico da política e das tensões sociais no Brasil desde o período que avizinhou o golpe civil-militar de 1964 e, conseqüentemente, uma análise de conjuntura política da época. Esta palestra foi anteriormente publicada sob o título “Política e tensões sociais no Brasil”, no livro *Contra a Oikonomia: escritos e(m) desobediências*, organizado por Caio Henrique Lopes Ramiro, Fernando Rodrigues de Almeida, Giovane Moraes Porto e Roberto Bueno, publicado pela Editora LiberArs, em 2018. Agradecimentos aos organizadores do livro e à editora, pela cessão do texto para esta nova edição. Para melhor adequação textual, realizaram-se, aqui, alterações pontuais.

alta burguesia e de parte importante das classes médias brasileiras, parcelas destas identificadas com segmentos religiosos conservadores de amplitude nacional e internacional.

Foram inúmeros os registros sobre as perseguições empreendidas pela ditadura militar contra trabalhadoras e trabalhadores, estudantes, intelectuais, religiosas e religiosos, pessoas associadas a movimentos sociais ou a partidos colocados na clandestinidade pelo regime de força, mas também a pessoas simplesmente identificadas por ele como seus opositores, ainda que efetivamente não o fossem. No âmbito eclesial, vozes de denúncia, como a de Dom Helder Câmara<sup>3</sup>, de Dom Paulo Evaristo Arns e Philip Potter<sup>4</sup>, foram fundamentais para que viesse a público o *modus operandi* violento do governo militar, expondo, inclusive, uma das faces de maior evidência de sua desumanidade: a tortura.

A ditadura militar não deve ser interpretada, no entanto, como um episódio isolado na história brasileira. Ao contrário, ela expressa a característica que, em nosso entendimento, é a mais central do projeto de Estado brasileiro e de sua cultura política: o autoritarismo.

Nas páginas que se seguem, a partir de revisão bibliográfica, procuramos analisar o processo histórico que compreende a interrupção da democracia nacional nos anos de 1960 e sua retomada, na década de 1980, buscando reconhecer nela como na ditadura que a entremeou, as insígnias do autoritarismo de Estado, que permeia o tecido social brasileiro, a saber, a disposição pelo concerto do modelo econômico nacional com os interesses do grande capital internacional, o patrimonialismo, o racismo, o tradicionalismo e o moralismo excludentes.

## **Política, Religião e tensões sociais no Brasil**

Analisar o Brasil, em qualquer das dimensões que o constituem – econômica, social, religiosa, política e cultural – nunca foi simples.

Muitos dos teóricos nacionais adotaram a linha da reconstrução genealógica de nossa história, formulando interpretações verdadeiramente originais, estabelecendo para si mesmos os desafios de compreender o país e de formular propostas para o seu futuro, engajando-se em movimentos sociais e políticos que exprimissem e defendessem tais proposituras.

Hegemonizou-se, nesse território, desde os anos 1950, a ideia de que o Brasil deveria se desenvolver e se modernizar. As concepções acerca de tal desenvolvimento, todavia, apontaram para vetores muito distintos entre si: a par do nacional-socialismo eivado pela tradição leninista-stalinista, viu-se nascer a perspectiva nacional-desenvolvimentista em contrariedade com a desenvolvimentista, pela qual se concebia um desenvolvimentismo dependente e associado. A democracia, que se abriu após o Estado Novo e que se encerrou com o estabelecimento do regime militar a partir de 1964, hospedou, enredada no altíssimo grau de tensão que isso implicava, esses três movimentos: o primeiro, que propugnava pelo estabelecimento de um modelo econômico industrial, defendendo a necessidade de uma revolução burguesa no Brasil que, futuramente, seria superada por outra revolução, esta, proletária; o segundo, defensor também da necessidade da consolidação de uma burguesia nacional que tivesse um projeto de desenvolvimento nacional, o que implicaria a formação de uma classe bastante sólida de trabalhadores e na consolidação de classes médias, além da construção de mecanismos para o desenvolvimento da ciência e da indústria nacionais, e, finalmente, o terceiro, que concebia o desenvolvimento do Brasil na chave da associação com o capitalismo internacional, respeitando a lógica da concentração de riquezas pelos países centrais. Nesta perspectiva, o crescimento de países periféricos, como o Brasil, só seria possível na já consolidada relação de dependência de tais nações em relação às do Hemisfério Norte.

<sup>3</sup> Para maior conhecimento sobre o posicionamento público de Dom Elder Câmara acerca da ditadura militar, leia-se Araújo (2012).

<sup>4</sup> Destaque-se a importância do Projeto "Brasil: nunca mais", desenvolvido durante a ditadura e publicado em 1985 (Arns; Potter, 1985).

O conflito entre esses programas políticos culminou na crise da democracia. O velho dilema da intelectualidade e dos partidos políticos brasileiros, a saber, a aposta na cidade ou no campo ganhou força extraordinária no curto espaço de tempo em que João Goulart governou o país no escopo do regime presidencialista. Ao propor, em combinação com o Plano Trienal (formulado pelo então Ministro da Economia, Celso Furtado), as Reformas de Base, o presidente buscava consolidar a formação de um Estado Social que pudesse gerenciar o desenvolvimento brasileiro em perspectiva de maior independência em relação ao capital estrangeiro. Por meio de reformas agrária e urbana, procurava alterar a lógica de reserva latifundiária no campo e de segregação imobiliária nas cidades. Combinadas com as primeiras, as demais reformas – eleitoral, educacional, bancária e fiscal – apontavam para uma alteração dos rumos da dependência econômica e política do Brasil em relação aos países centrais. Jango foi o último dos presidentes da era populista<sup>5</sup>, modo de fazer política intrinsecamente ligado às experiências históricas da democracia brasileira.

De acordo com Ianni (2004), o desenvolvimento da sociedade civil (de organizações de classes, sindicatos, partidos, da formulação de propostas e de correntes de opinião pública), da cidadania (através da luta por direitos, independentemente da classe, raça, religião, sexo etc.), da classe trabalhadora (que passa a ganhar certo grau de autonomia em relação aos políticos tradicionais) e, finalmente, a busca por certa articulação estatal com a sociedade, as classes, os trabalhadores, os cidadãos, conduziram a um processo reativo de dimensões impactantes pelos mais ativos defensores do desenvolvimentismo dependente, a alta burguesia nacional. Incapaz de estabelecer pela via partidária o estado de “ordem e progresso” ou “segurança e desenvolvimento” que desejava, ela optou pelo apoio a um regime de força. Na madrugada de 31 de março de 1964 deflagrava-se o processo de estabelecimento do novo governo, agora comandado pelos militares. O desenvolvimento brasileiro aconteceria, pois, nos moldes da associação imediata com o capital internacional e dependência em relação à indústria multinacional e aos governos estrangeiros.

Os dados sociais e econômicos nos anos que se sucederam ao golpe civil-militar mostram o robusto aumento dos níveis de concentração de riqueza e o sistemático deslocamento, forçado, ou estimulado, de trabalhadores rurais para as cidades<sup>6</sup>, ao que se associou o crescimento desordenado

<sup>5</sup> Segundo Ianni (2004, p. 274): “Sob vários aspectos, os avanços do processo democrático brasileiro estão ligados ao populismo. O populismo dominou boa parte da vida política brasileira nesses anos. Como movimento político, proposta ideológica, organização sindical e partidária, governo, regime político ou forma de organização do Estado, em termos das suas relações com a sociedade, o povo, o cidadão, a economia, o capital estrangeiro, as classes sociais burguesas e assalariadas etc, sob todos esses aspectos o populismo domina largamente a vida política nacional em 1945-64. Mesmo quando certos quadros burgueses do populismo adotavam posições dúbias, ou contrárias às lutas democráticas que os setores populares do populismo desenvolviam, mesmo nesses casos ficavam evidentes os comprometimentos do movimento populista, em sentido amplo, com um tipo de participação popular que propiciava o avanço democrático. Ao longo desses anos, cresceu a participação de operários, camponeses, empregados, funcionários e outras categorias de assalariados no processo político. Nos sindicatos, partidos e eleições cresceu continuamente a participação do povo; tanto como massa de manobra de quadros políticos burgueses como na condição de opinião pública composta de cidadãos. Uma primeira luta democrática que se desenvolvia então (sob as condições econômicas, políticas, culturais, religiosas, militares, policiais e outras de um Estado de tradição autoritária), uma primeira luta do povo era a conquista da cidadania”.

<sup>6</sup> Kageyama e Silva (1983) demonstram que, na década de 1970, elevou-se substancialmente a concentração de terras, decorrendo o decréscimo das culturas de mercado interno e o enorme aumento das culturas de mercado externo. Associada à política de juros subsidiados e crédito rural dos planos econômicos dos governos militares (I e II Planos Nacionais de Desenvolvimento), a implementação de maquinário dispensou grande quantidade de trabalhadores, e o consumo de fertilizantes multiplicou-se por quatro entre 1970 e 1980, com forte concentração de seu uso nos empreendimentos de maior porte. O grande crescimento da riqueza do setor rural entre 1970 e 1980 fez diminuir as desigualdades de renda entre ele e o setor urbano, o que não implicou, todavia, a diminuição das desigualdades de renda entre os trabalhadores do campo e os fazendeiros. Hoffmann (apud Ianni, 2004, p. 291) demonstra que, entre 1960 e 1970, aumentou de 27,4% para 36,2% a renda dos 5% superiores da população remunerada brasileira, ao passo que os 50% inferiores caíram de 17,7% para 13,7%. Embora o campo tenha “se modernizado, com uso de diferentes técnicas, suplementos e tecnologia agrícola, gerando uma condição de alta produtividade, o modelo de implantação de tal modernidade repetiu a tradição vivida pelas economias periféricas como é a do Brasil. Abramovay (1992) mostra que enquanto os países do hemisfério norte potencializaram a força de trabalho das famílias camponesas, inserindo-as no mercado como capitalistas, distribuindo riqueza na medida em que trataram a família como o núcleo produtivo agropecuário básico, gerador de riqueza e a ser beneficiado pela riqueza gerada, o Brasil tratou sua mão de obra de forma diferente, assalariando-a e subempregando-a. A permanência dos altos preços dos produtos agrícolas, aliados à proletarianização da mão de obra rural, colocou em xeque a maturidade do capitalismo agrário brasileiro, que muito embora tenha atingido o objetivo de produzir grande riqueza, não foi capaz de gerar boa qualidade de vida para os trabalhadores do campo e nem diminuição do custo de vida para os moradores das cidades. O êxodo rural para os centros urbanos, que se iniciara nos anos de 1940, ampliando-se na década de 1950, avolumou-se bastante nas décadas de 1960 e 1970. Só na década de 1970, aproximadamente 15 milhões de pessoas migraram do campo para as cidades, sendo que mais da metade instalou-se na região metropolitana de São Paulo (Kageyama e Silva, 1983)” (Barsalini, 2002, p. 91).

e caótico dos principais centros urbanos, em que a disputa pelo espaço de habitação e de trabalho tornou-se visceral, gerando inúmeros e dramáticos episódios de desocupação de áreas nobres ou proibidas como decorrência de processos judiciais de desapropriação. Nesse contexto, a luta pelo acesso à educação, à saúde e a meios satisfatórios de mobilidade social, associada diretamente ou não ao movimento trabalhista, revelou a potência do movimento social em gestação, que paulatinamente recobra as suas forças e que ganha amplitude especialmente na segunda metade dos anos 1970 e ao longo dos anos 1980, concorrendo, nas décadas seguintes, com a criação e fortalecimento do terceiro setor no Brasil<sup>7</sup>.

Destaca-se a importância da Teologia da Libertação (TL) no desenvolvimento e fortalecimento dos movimentos sociais nos anos de chumbo<sup>8</sup>. Vale a transcrição de Michel Löwy:

[...] como afirmou Leonardo Boff, a Teologia da Libertação é, ao mesmo tempo, reflexo da práxis anterior e uma reflexão sobre essa práxis. Mais precisamente, é a expressão de um vasto movimento social que surgiu no começo da década de 1960, bem antes de novos escritos teológicos. Esse movimento envolveu setores significativos da Igreja (padres, ordens religiosas, bispos), movimentos religiosos laicos (Ação Católica, Juventude Universitária Cristã, Juventude Operária Cristã, redes pastorais com base popular, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), clubes de mulheres, associações de moradores, sindicatos de camponeses ou trabalhadores etc. Sem a existência desse movimento social não poderíamos entender fenômenos sociais e históricos de tal importância como a emergência do novo movimento operário no Brasil e o surgimento da revolução na América Central [...] (Löwy, 2016, p. 73)<sup>9</sup>.

Em texto intitulado *A concretização da Revolução Burguesa*, Fernandes (2004) define a burguesia brasileira no vértice daquilo que Max Weber chamava de “poder político indireto”. Para ele, a burguesia brasileira resulta de uma recomposição das estruturas de poder oligárquicas; não assume a bandeira da “civilização”; não forja instituições próprias de poder, convergindo diretamente para o Estado, reproduzindo, com isso, um comportamento “polarizado em torno de preocupações particularistas e de um entranhado conservadorismo sociocultural e político”; é conciliadora, apresentando um “moderado espírito modernizador” e, por isso, não buscou aprofundar a luta de classes, mas, contrariamente, quis amortecer a mudança social, e não é democrática, e seus interesses convergem, historicamente, com os interesses da burguesia internacional. Não houve, portanto, uma revolução burguesa no Brasil, mas uma *evolução da dominação burguesa*, de tipo autocrático, o que contradiz os valores, ideais e direitos republicanos, por um lado, e, por outro, a filosofia da livre empresa. Ocorre, no Brasil, um “deslocamento do poder decisivo da oligarquia ‘tradicional’ para a ‘moderna’”, a configurar uma “consolidação conservadora” da dominação burguesa<sup>10</sup>, de modo que ela “aparece como conexão histórica não da ‘revolução

<sup>7</sup> A respeito dos movimentos sociais pela moradia, indica-se a leitura de Lopes (1997) e Trindade (2017). A análise sobre os movimentos sociais em concorrência com o processo de “onguização”, ou o estabelecimento e desenvolvimento do terceiro setor, no Brasil, pode ser melhor compreendida a partir da leitura do texto de Dagnino (2004).

<sup>8</sup> Referenciada no método “ver, julgar e agir”, a Teologia da Libertação implicou um ambiente fecundo de reflexões, debates e ações. Produziu-se rico material intelectual no período da ditadura, no que se destaca a coleção. Sobre a história e a atualidade da TL, indica-se, aqui, a publicação de Guimarães, Sbardelotti e Barros (2022).

<sup>9</sup> Löwy (2016, p. 74) prefere, no entanto, o termo Cristianismo de Libertação ao termo Teologia da Libertação, por considerar ser aquele é mais amplo que este, dando conta de “incluir tanto a cultura religiosa e a rede social, quanto a fé e a prática”.

<sup>10</sup> Nas palavras de Fernandes (2004, p. 433): “Foi graças a ela (consolidação conservadora) que a oligarquia – como e enquanto oligarquia “tradicional” (ou agrária) e como oligarquia “moderna” (ou dos “altos negócios”, comerciais-financeiros, mas também industriais) – logrou a possibilidade de plasmar a mentalidade burguesa e, mais ainda, de determinar o próprio padrão de dominação burguesa (...). Parafrazeando os mexicanos, poderíamos dizer que se constituiu uma “nova aristocracia” e que foi a oligarquia (“antiga” ou “moderna”) – e não as classes médias ou os industriais – que decidiu, na realidade, o que deveria ser a dominação burguesa, senão idealmente, pelo menos na prática. Ela comboiou os demais setores das classes dominantes, selecionando a luta de classes e a repressão do proletariado como o eixo da revolução burguesa no Brasil (...). À oligarquia, a preservação e a renovação das estruturas de poder, herdadas no passado, só interessavam como instrumento econômico e político: para garantir o desenvolvimento capitalista interno e sua própria hegemonia econômica, social e política. Por isso ela se converteu no pivô da transição para o “Brasil moderno”. Só ela dispunha de poder em toda a extensão da sociedade brasileira: o desenvolvimento desigual não afetava o controle oligárquico do poder, apenas estimulava a sua universalização”.

nacional e democrática’, mas do capitalismo dependente e do tipo de transformação capitalista que ele supõe”. Em termos históricos, dessa maneira, o relativo avanço do capitalismo brasileiro se deveu, fundamentalmente, à sua alta capacidade de adaptação ao capitalismo monopolista, e não à constituição de um modelo propriamente autônomo e livre.

Embora não utilize o termo patrimonialismo político brasileiro, Fernandes revela acima os contornos desse conceito. Dentre os clássicos da sociologia brasileira que refletem sobre o patrimonialismo no Brasil, destaca-se Faoro (2000, p. 367), de quem vale a transcrição:

[...] o caminho burocrático do estamento, em passos entremeados de compromissos e transações, não desfigura a realidade fundamental, impenetrável às mudanças. O patrimonialismo pessoal se converte em patrimonialismo estatal, que adota o mercantilismo como a técnica de operação da economia. Daí se arma o capitalismo político, ou capitalismo politicamente orientado, não calculável nas suas operações, em terminologia adotada no curso deste trabalho. A compatibilidade do moderno capitalismo com esse quadro tradicional, equivocadamente identificado ao pré-capitalismo, é uma das chaves da compreensão do fenômeno histórico português-brasileiro, ao longo de muitos séculos de assédio do núcleo ativo e expansivo da economia mundial, centrado em mercados condutores, numa pressão de fora para dentro.

O reinício da democracia, superveniente à ditadura militar, anunciava inúmeros desafios à sociedade civil brasileira<sup>11</sup>, dentre os quais, o de construir um novo modelo republicano que finalmente pudesse superar a atávica cultura patrimonialista, pela qual se naturaliza a apropriação privada da coisa pública.

O primeiro governo sob o comando de José Sarney, substituto de Tancredo Neves, falecido antes de assumir o cargo, foi constituído por eleições indiretas. Incapaz de superar a forte crise econômica da “década perdida” (como se designaram os anos 1980), inaugurou a Nova República, reiniciando a democracia no rastro do mentor da anterior ditadura civil militar, general Golbery do Couto e Silva, que receitava, desde os anos 1970, uma distensão política “lenta, gradual e segura”. Nos planos jurídico e político, o governo Sarney culminou com a promulgação de nova Constituição da República Federativa em 1988, a “Constituição Cidadã”, sobre a qual pesou a sempre presente influência dos militares, das oligarquias econômicas nacionais e dos interesses de caráter imperialista internacionais, ao que se somava o bloco evangélico moralista<sup>12</sup>, apesar da grande amplitude dos avanços que apresentou em diversas áreas da vida social. Ao cabo do governo Sarney, deu-se início, finalmente, ao processo de sufrágio direto.

<sup>11</sup> Muitos economistas designaram os anos 1980 como a “década perdida”, dada a forte crise econômica pela qual o Brasil e a América Latina passavam. No caso brasileiro, em referência à pesquisa publicada por Silvio Rodrigues Alves, Brasílio Sallum Junior e Eduardo Kugelmas escrevem: “A interrupção dos fluxos externos de capital, a redução de capacidade extrativa e a ampliação do endividamento público externo e interno reduziram radicalmente a capacidade do Estado desencadear qualquer nova onda de inversões que canalizasse investimentos privados para tal ou qual setor. A poupança líquida do setor público cai vertiginosamente de 4,67% do PIB em 1975 para 2,24% em 1980, tornando-se negativa em 1985. Os investimentos públicos, que correspondiam em 1975 a 4,1% do PIB, caíram para 2,3% em 1985, pequena taxa ainda assim mantida graças a um déficit de 3,08% em relação ao PIB” (Sallum Junior; Kugelmas, 1991). A crise econômica desproporcional, estimulada por práticas estatais salvacionistas ao capital privado, impactou de modo amplo toda a sociedade, especialmente os trabalhadores e os pobres, gerando forte déficit social e urbano nesse período.

<sup>12</sup> Antonio Flávio Pierucci realizou, nos anos 1980, acurado mapeamento do perfil identitário da direita na cidade de São Paulo, discernindo a fundamentação ideológica de tal segmento social com a então direita evangélica midiática, cuja atuação já se destacava no Congresso Nacional, escreve que: “Difusas encuações com a qualidade moral da vida urbana nas metrópoles criam um campo de ressonância certo para as mensagens tradicionalistas, fundamentalistas. A expansão de um certo tipo de protestantismo no Brasil urbano vem se dando nesta base já há algumas décadas. Sem muito alarde, porém. Hoje, sob a designação de “evangélicos”, eles formam um bloco bem barulhento no Congresso Constituinte, na defesa intransigente dos pontos de vista mais reacionários em matéria de moralidade familiar e sexual. Não deixa de ser mais uma ironia da história que este país da Contra-Reforma tivesse que esperar mais de quatrocentos anos para começar a ver, na vida pública da nação, o influxo das igrejas cristãs da tradição reformada, e que viesse a vê-las representadas no parlamento e na mídia por uma (nova) *direita* evangélica. Eis aí mais um rebento da nova direita entre as bases eleitorais do janismo e do malufismo: a ala dos crentes, que controla uma verdadeira malha de mídia. O televangelismo. Numa era em que a própria igreja católica assiste internamente a um verdadeiro boom de movimentos pentecostais (os chamados “carismáticos”), numa era de igrejas eletrônicas e extrema direita midiática, a extrema direita política tem nos televangélicos fundamentalistas um aporte de *know-how* e recursos materiais nada desprezível” (Pierucci, 1987, p. 44).

Eleito em 1989, Fernando Collor de Melo assumiu a presidência da República em 1990. Opositor das esquerdas brasileiras (naquele momento, representadas, principalmente, pelo Partido Democrático Trabalhista [PDT] de Leonel Brizola e pelo Partido dos Trabalhadores [PT] de Lula) e com discurso de matiz moralizante, alinhado às perspectivas do desenvolvimentismo dependente<sup>13</sup>, Collor desempenhou ascensão eleitoral meteórica. Sua vitória expressou o elevado poder de articulação das elites políticas e econômicas nacionais e afastava a possibilidade de construção de um programa republicano que se erigia sobre um amplo arco de concepções de mundo, englobando vertentes socialistas, o pluralismo característico dos novos movimentos sociais e, também, o projeto iluminista de fração importante da intelectualidade brasileira, que propugnava pela superação da cultura patrimonialista nacional, embrião do pragmatismo característico da política brasileira. A Nova República já demonstrava, tão prematuramente, estar fadada a construir uma “democracia pelo alto”, em que eventuais avanços civilizatórios ocorreriam muito mais enquanto concessões das classes dominantes, sempre atentas às demandas de regulação advindas do capital internacional, do que como decorrência de projetos oriundos dos movimentos sociais.

Itamar Franco sucedeu ao *impeachment* de Collor. O presidente à época, em linha conciliatória, inaugurou, sob a batuta de seu Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, o Plano Real, que não tardou a dar mostras de alguma suficiência na estabilização da economia<sup>14</sup>, impulso para o sociólogo tornar-se o sucessor natural de Itamar, aliás, por dois mandatos consecutivos.

A compreensão da lógica dos governos de Fernando Henrique Cardoso passa pela leitura atenta da teoria sobre a dependência e desenvolvimento que ele concebe, nos anos de 1966 e 1967, com Enzo Faletto. Nesse trabalho (que se intitula *Dependência e desenvolvimento na América Latina*), os autores propõem que a economia e a sociologia interajam mutuamente e pensam em um desenvolvimento integrado entre países dependentes e países desenvolvidos. Vale a leitura do seguinte trecho conclusivo:

As duas dimensões do sistema econômico, nos países em processo de desenvolvimento, a interna e a externa, expressam-se no plano social, onde adotam uma estrutura que se organiza e funciona em termos de uma dupla conexão: segundo as pressões e vinculações externas e segundo o condicionamento dos fatores internos que incidem sobre a estratificação social.

(...)

A perspectiva em que nos colocamos põe em dúvida precisamente o que se aceita como necessário na concepção usual da análise das etapas de desenvolvimento. Com efeito, as transformações sociais e econômicas que alteram o equilíbrio interno e externo das sociedades subdesenvolvidas e dependentes são processos políticos que, nas condições históricas atuais, supõem tensões que nem sempre, nem de modo necessário, contêm em si mesmas soluções favoráveis ao desenvolvimento nacional. Tal resultado não é automático e pode não se dar; o que equivale a afirmar que a análise do desenvolvimento deve supor sempre a “possibilidade” de estagnação e de heteronomia. A determinação das possibilidades concretas de êxito depende de uma análise que não pode ser só estrutural, mas que tem de compreender também o modo de atuação das forças sociais em jogo, tanto as que tendem a manter o status quo como aquelas que pressionam para que se produza a mudança social. Exige, além disso, a determinação das “orientações valorativas” ou ideologias que animam as ações e os movimentos sociais. Como essas forças estão relacionadas entre si e expressam situações com possibilidades diversas de crescimento econômico, a interpretação só se completa

<sup>13</sup> Ex-governador de um estado pouco influente na economia brasileira, Collor foi anunciado pela grande mídia nacional como “o caçador de marajás”. Jovem e bem articulado, construiu um *marketing* pessoal que o associava à figura de um príncipe ou de um herói. Alinhado com a nova ordem imperialista mundial, Collor anuncia as primeiras linhas do neoliberalismo, prometendo modernizar o Brasil.

<sup>14</sup> O plano real estabilizou, de fato, a economia. Todavia, não aumentou, em realidade, o poder aquisitivo dos trabalhadores e dos pobres, embora tenha permitido a estes esboçarem alguma perspectiva de planejamento financeiro.

quando o nível econômico e o nível social têm suas determinações recíprocas perfeitamente delimitadas nos planos interno e externo (Cardoso; Faletto, 2000, p. 518-519).

O pragmatismo teórico dos sociólogos Cardoso e Faletto ganhou corpo na forma também pragmática de realizar política de Fernando Henrique Cardoso enquanto político. Atento à configuração de relações internas estabelecidas entre os diferentes setores das elites políticas e econômicas, entre essas elites e os demais estratos e classes sociais, e ainda vigilante em relação às expectativas desses grupos em relação à economia internacional e desta em relação ao Brasil, o então presidente conduziu o país no rumo do neoliberalismo global, enredando nossa economia nas malhas do agigantado sistema de produção transnacional e do sofisticado mercado financeiro internacional. Mitigou as expectativas que os movimentos sociais nutriam em relação ao Estado ao criar a Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPS) e promover um amplo processo de ONGuização da sociedade civil. Conforme Dagninino (2004, p. 95), tal processo constituiu uma “*confluência perversa* entre um projeto político democratizante, participativo, e o projeto neoliberal”.

Sodré (2010) defende a tese de que, no Brasil, o sincrônico absorve o diacrônico. Aqui, as leis das etapas históricas clássicas não se aplicam: escravismo, feudalismo e capitalismo, imiscuem-se e convivem entre si, ao mesmo tempo, no mesmo território, na mesma nação. Por essa chave de leitura, se pode explicar não exclusivamente nosso passado colonial, mas também o processo de modernização construído neste país, com nuances em diferentes períodos do século XX e do século XXI: entre as suas duas primeiras décadas, dos anos 1930 a 1960, dos anos 1960 a 1980, nos anos 1990, na primeira década do novo milênio e, finalmente, em seu segundo decênio. No início da Nova República, estabeleceu-se, durante os anos 1990, uma nova etapa econômico-política e social, a saber, o neoliberalismo em associação com a globalização (Fernando Henrique Cardoso). Na primeira década do século XXI, Lula promove certa sobreposição do neodesenvolvimentismo em relação ao neoliberalismo. Finalmente, na segunda década deste mesmo século, Dilma procura fazer convergirem o neodesenvolvimentismo em bases neoliberais com um tipo de proposta de caráter nacionalista. Em todas as etapas da política e da política econômica brasileira aqui referidas, apresentam-se as velhas forças oligárquicas e a burguesia a elas se plasmou, ambas classes rentistas, que não abririam mão, em qualquer momento, de seus objetivos econômicos e financeiros. O mesmo não se pode afirmar em relação à classe trabalhadora que, embora com determinadas variações, tem sido vítima, nos diferentes períodos de nossa história, de sucessivos golpes contra suas necessidades e interesses.

Em 2003, Luís Inácio Lula da Silva assume o seu primeiro mandato enquanto presidente da República. Não era mais o mesmo Lula que perdeu as eleições de Fernando Collor de Melo, em 1989. O sindicalista, outrora comprometido com os setores que defendiam o socialismo, os direitos das minorias e a construção de um projeto republicano de cariz iluminista cedia agora espaço para o negociador obstinado pela práxis dialógica e ampla com os mais diversos setores da sociedade. Convicto da urgência de sanar o problema da fome de milhões de brasileiros e de criar um mercado consumidor interno menos vertical e com alto potencial de crescimento, Lula soube aproveitar a alta popularidade de que gozava para reinventar um acanhado Estado Social brasileiro e inventar o neodesenvolvimentismo, amoldado ao neoliberalismo. Este acordo de grandes proporções, este pacto nacional entre o trabalhismo, a burguesia e a oligarquia agrária, proposto um pouco antes das eleições, em 22 de junho de 2002, pela “Carta ao Povo Brasileiro” (Silva, 2002), embasou um modo de governar mais pragmático. O campo de mobilização de sonhos que se apresentava no final dos anos 1980 e início dos anos 1990 cedia espaço agora para o pragmatismo e as alianças com políticos tradicionais (como José Sarney, Antonio Carlos Magalhães, Paulo Maluf e Renan

Calheiros), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e demais grupos empresariais, os banqueiros, os produtores do agronegócio e os latifundiários. Tudo isso não afastou o presidente, todavia, do programa social que havia desenhado em sua primeira campanha eleitoral e nem, propriamente, de sua base eleitoral: os trabalhadores, os movimentos sociais e os pobres. Beneficiado com a transferência de volumes importantes de capital estrangeiro para o Hemisfério Sul, em função da longa crise por que os países centrais passaram, Lula iniciou um deslocamento do eixo das relações internacionais tradicionais, compondo a criação do BRIC<sup>15</sup>.

Sucessora de Lula, Dilma Rousseff inaugura uma nova etapa no que concerne à política e à economia. Seu governo é lugar de fortes tensões entre um projeto de Estado Social, de coloração nacionalista, com o tradicional pragmatismo patrimonialista próprio às classes dominantes brasileiras. No conflito entre o primeiro e o segundo, sobressaem o efetivo crescimento da renda dos trabalhadores, o avanço dos direitos trabalhistas de setores outrora desassistidos e importantes conquistas no âmbito dos direitos das minorias. O processo de consolidação econômica do Brasil, no entanto, não poderia se concluir. Ao procurar equiparar as taxas de juros aos níveis dos países desenvolvidos e ao querer nacionalizar a futura riqueza advinda do pré-sal, vinculando-a a investimentos na educação, o governo petista dava passos insuportáveis à lógica imperialista do poder político e do capital internacional e à lógica de dominação interna das elites nacionais. O preço que Dilma e o PT pagariam seria alto. Reeleita à presidência da República no final de 2014 e empossada em 2015, em um clima político bastante adverso, seu segundo mandato seria marcado por profunda crise econômica e de governabilidade e seria interrompido em agosto de 2016.

Empossado a 31 de agosto de 2016, na sequência do *impeachment* imposto a Dilma Rousseff, Michel Temer assume o governo em um contexto de inúmeras pressões nacionais e internacionais. Embora comprometido em recolocar o Brasil nos trilhos do neoliberalismo e dos interesses do imperialismo internacional, diante da instabilidade política que se estabelece, Temer passa por dificuldades para manter-se no comando do Estado e lança mão, de modo desmesurado, dos cargos à sua disposição para atrair pequenos partidos políticos que possam compor com o seu plano político. Oscilante entre o projeto de manutenção da democracia e as pressões para o restabelecimento do autoritarismo, atua nas duas frentes, conciliando com a classe política e as elites econômicas e criando balões de ensaio pelos quais se possam medir as reais possibilidades de retorno dos militares ao governo.

A cruzada contra a corrupção, campanha de enormes proporções que as grandes mídias, em uníssono, reeditaram, em consonância com interesses imperialistas e de poderosos grupos econômicos internacionais e nacionais, em concerto com grupos do poder judiciário e que contou com amplo apoio da classe média brasileira e de influentes segmentos da política nacional<sup>16</sup>, começou a se estruturar já no primeiro mandato presidencial de Lula, ganhando enorme força a partir da segunda metade do primeiro mandato de Dilma Rousseff. A insistente deslegitimação midiática da chamada classe política se espalhou para os partidos políticos, especialmente para o Partido dos Trabalhadores. Todo o campo das assim chamadas esquerdas passou a ser alvo de ataques, arvorados em discurso moralizante carregado de notórios preconceitos de classe e em relação às minorias. A polarização ideológica ganhou força e o clima de ódio se estabeleceu, criando um infesto ambiente de cisão social. Os acontecimentos que envolveram ataques frontais e inclusive fatais a representantes das esquerdas, como a morte da vereadora do Rio de Janeiro

<sup>15</sup> Bloco político, econômico e cultural originalmente formado por Brasil, Rússia, Índia e China. Em 2011, com a admissão da África do Sul, o grupo passou a ser chamado BRICS.

<sup>16</sup> Fenômeno parecido ocorreu na história da democracia brasileira do século XX com Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart.

Marielle Franco e de seu motorista Anderson Pedro Gomes, os tiros desferidos contra ônibus do Partido dos Trabalhadores em caravana no sul do país, em 2018, ou a prisão de Lula, acompanhados de pronunciamentos eivados de um conservadorismo radical, identificados, especialmente, com o então deputado e, em seguida, candidato à presidência da República, Jair Bolsonaro, potencializaram o ambiente de animosidade. Apoiando-se no carisma que possui, Lula, então, mergulhou em um messianismo de tipo milenarista<sup>17</sup>, enquanto Bolsonaro insistia na fórmula do ataque sem qualquer escrúpulo<sup>18</sup>.

No dia 28 de outubro de 2018, Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil. Lula, que, dois meses antes do segundo turno das eleições, embora preso desde abril daquele ano, vinha à frente de todos os demais candidatos, com ampla vantagem nas pesquisas eleitorais<sup>19</sup>, foi impedido, por decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), proferida na madrugada de 1 de setembro do mesmo ano<sup>20</sup>, de seguir na disputa presidencial. Seu substituto, Fernando Haddad, teve menos de dois meses para se apresentar ao eleitorado<sup>21</sup> e, mesmo assim, foi conduzido para o segundo turno<sup>22</sup>, sendo derrotado pelo oponente pela margem de 10,26% dos votos válidos, em um pleito em que chamou a atenção o alto índice de abstenções (21,30%) que, somadas com os votos brancos e nulos, correspondia a 30,87% do eleitorado<sup>23</sup>.

A interdição de Lula à disputa eleitoral consolidava-se, pois, como o *gran finale* de um roteiro engendrado desde o *impeachment* de Dilma Rousseff, tramado na macroestrutura do grande capital e da política imperialista internacional, contando com o apoio sempre presente de setores influentes das forças armadas nacionais, do poder judiciário e da classe política, aos quais se somaram, mais cedo ou mais proximamente às eleições de 2018, agentes de decisão de diversas instituições, dentre elas, religiosas.

Se na esfera econômica estava em pauta, desde a crise forjada no governo Dilma, a retomada e a atualização do receituário neoliberal, nos planos social, ambiental e religioso recolocavam-se, com toda a força, questões ainda não superadas em nossa cultura, a saber, respectivamente: o impedimento da emancipação educacional, econômica e política dos pobres e das comunidades tradicionais; a hiperexploração, em perspectiva extensa, do subsolo, do solo, das águas e do ar, em todo o território nacional e a defesa inflexível do patriarcalismo e do patrimonialismo, assentados em perspectiva religiosa e moral excludente.

Jessé Souza recoloca o debate sobre a orientação de caráter escravocrata que norteia as relações sociais no Brasil e torna claro o quão pernicioso é ideia repisada na consciência nacional de que temos a corrupção em nosso próprio gene, a desviar as atenções para o verdadeiro problema

<sup>17</sup> Diante de grande massa de militantes, ao lado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, momentos antes de sua prisão, Lula proclamou: “Eu não sou mais um ser humano, eu sou uma ideia misturada com as ideias de vocês. Minhas ideias já estão no ar e ninguém poderá encerrar. Agora vocês são milhões de Lulas” (Hermida; Oliveira; Rossi, 2018).

<sup>18</sup> O posicionamento agressivo e autoritário de Bolsonaro ganhou maior visibilidade a partir das grandes mídias, em âmbito nacional, por ocasião do *impeachment* de Dilma Rousseff, quando declarou seu voto pelo impedimento em “memória” ao coronel Ustra, torturador de Dilma Rousseff no período da ditadura militar. O então deputado federal, que acumulava em seu currículo declarações antidemocráticas, misóginas, homofóbicas, xenofóbicas e racistas (Bolsonaro em 25 [...], 2018), atacava Lula, o PT e toda a esquerda política publicamente desde antes do início oficial da campanha eleitoral de 2018 – a 16 de agosto do mesmo ano (Tribunal Regional Eleitoral, [2018?]).

<sup>19</sup> Pesquisa Datafolha de 22 de agosto de 2018 aponta os seguintes dados, na intenção de votos: Luís Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores - PT) – 39%; Jair Bolsonaro (Partido Social Liberal - PSL) – 19%; Marina Silva (Rede Sustentabilidade) – 8%; Geraldo Alckmin (Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB) – 6%; Ciro Gomes (Partido Democrático Trabalhista - PDT) – 5%; Álvaro Dias (Podemos - PODE) – 3%; João Amoêdo (Partido Novo) – 2%; Henrique Meireles (Movimento Democrático Brasileiro - MDB) – 1%; Guilherme Boulos (Partido Socialismo e Liberdade - PSOL) – 1%; Cabo Daciolo (Patriota) – 1%; Vera (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado - PSTU) – 1%; João Goulart Filho (Partido Pátria Livre - PPL) – 0%; Eimael (Democracia Cristã - DC) – 0%; Branco/Nulo/Nenhum – 11%; Não Sabe – 3% (Eleições 2018 [...], 2018).

<sup>20</sup> Ver: Tribunal Superior Eleitoral (2018a); Ramalho e Oliveira (2018).

<sup>21</sup> O anúncio de sua candidatura se deu em 11 de setembro de 2018, e sua aprovação pelo TSE ocorreu no dia 25 do mesmo mês (Tribunal Superior Eleitoral, 2018b).

<sup>22</sup> Na votação do primeiro turno, Bolsonaro ficou 16,75% à frente de Haddad (Apuração e Resultados [...], 2018).

<sup>23</sup> Ver: Jair Bolsonaro [...] (2018).

que garante as profundas desigualdades sociais: o racismo, instrumentalizado nas diferentes esferas da sociedade brasileira a serviço das elites nacionais (e internacionais):

Uma sociedade como a brasileira manipula a necessidade de reconhecimento social, degradando-a em ânsia por distinção positiva às custas dos mais frágeis e vulneráveis, transformando as vítimas em culpados do próprio infortúnio e perseguição histórica. A classe média branca se sente privilegiada pela mera distância social em relação aos negros e pobres, os quais explora a preço vil e humilha cotidianamente, e está disposta a tudo para garantir esse privilégio sádico, inclusive ir às ruas protestar contra qualquer governo que ouse diminuir essa distância. A real função do falso moralismo do combate à corrupção há cem anos, como vimos, é evitar a inclusão e a ascensão social desses humilhados e explorados cuja imensa maioria é composta de negros. Os pobres remediados, por sua vez, quer sejam brancos pobres, quer sejam mestiços ou negros dispostos a tudo para não serem associados à ralé de humilhados e abandonados, quase toda negra, se apegam de modo renitente e agressivo a qualquer distinção positiva que lhes acalme o medo da desclassificação social. Essa é a real função do racismo brasileiro: construir uma classe/raça de indesejáveis contra a qual todas as outras classes podem se distinguir positivamente (Souza, 2021, p. 286).

De fato, não é a corrupção que orienta, historicamente, no Brasil, as elites e as classes médias contra um ou outro governo, mas é a percepção que elas têm sobre os riscos que eles geram para a estabilidade social (a manutenção das desigualdades), ou para a consecução de seus planos econômicos e políticos de classe. Lembre-se que, em 1964, João Goulart era presidente do Brasil em um regime democrático. A percepção das elites e dos setores conservadores da classe média brasileira, dentre eles importantes núcleos de religiosos tradicionalistas<sup>24</sup>, sobre a associação do presidente ao trabalhismo e sua proposta de reforma agrária e urbana, os impulsionou a agir em mútua combinação e com o apoio de parte importante das forças armadas nacionais pela interrupção da democracia. Sob o manto das forças econômicas e políticas internacionais imperialistas<sup>25</sup>, estabeleceu-se, naquele momento, um regime ditatorial, que permaneceu até o ano de 1985.

Eleito sob os slogans “Deus, Pátria e Família”, “Deus acima de tudo, o Brasil acima de todos”, identificado por muitos como o messias destinado por Deus a salvar o país das garras dos “corruptos do PT” e dos “ardis do comunismo”, a saber, a destruição da propriedade privada e da família tradicional, Bolsonaro deu conta de sustentar, ao longo de todo o seu mandato, certa retórica e, por meio de seus ministérios<sup>26</sup>, realizou um conjunto de ações dirigidas pela pauta moralista/religiosa que personificou, o que acomodaria, em boa medida, os ânimos de seus apoiadores. Nos planos econômico e tecnocrático, colocou em prática o roteiro neoliberal. Trabalhando fortemente pelo desmonte do Estado em todas as esferas das políticas públicas, abriu enormes fraturas na máquina pública que permitiram o desmesurado avanço do capital depredatório em vastas regiões, inclusive legalmente protegidas, amplificando, em parte significativa do Brasil, o ambiente cultural de “velho oeste”, de “terra sem lei”. Aos males praticamente irreparáveis que essa política causou ao ecossistema, somou-se o dano irremediável do altíssimo número de pessoas mortas pela COVID-19 – a maioria delas formada por trabalhadores, populações que vivem na linha da pobreza e abaixo dela, indígenas e quilombolas - sucesso da necropolítica que empreendeu

<sup>24</sup> Expressão ideológica emblemática do tradicionalismo burguês e pequeno burguês é a Sociedade de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), agrupamento católico que teve importante atuação a favor do golpe civil-militar de 1964. Rodrigo Coppe Caldeira e Victor Almeida Gama sublinham a orientação relativa ao status social e à defesa do patrimônio das elites, concebida pelo seu fundador e mentor da TFP, Plínio Corrêa de Oliveira: “o problema fundamental das reivindicações de reforma agrária no período, estava no fato de que eram reivindicadas pelo homem do campo, representado pelas Ligas Camponesas, e não por representantes de um pensamento liberal, como até então tinha sido registrado (Maia; Oliveira, 2017, p. 47). A terra parece ser, no ideário pliniano, uma concessão divina às elites políticas, que preservando certas estruturas feudais, concederiam o direito de cultivo da terra aos mais pobres. O anti-igualitarismo tefepista pensa a sociedade organizada em classes estanques, com direitos, bens e deveres estabelecidos por Deus. Qualquer inversão nesta ordem sagrada constituiria um atentado contra as leis divinas que decretaram os homens desiguais” (Caldeira; Gama, 2024, p. 294).

<sup>25</sup> Contando com a participação destacada do governo estadunidense sob a presidência de Lyndon Baines Johnson – pela *Operação Brother Sam*, protagonizada pelo embaixador no Brasil, Lincoln Gordon, conforme documentos do Departamento de Estado norte-americano (Green; Jones, 2009).

<sup>26</sup> Manifestamente, pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e pelo Ministério da Educação.

especialmente por meio do Ministério da Saúde<sup>27</sup>. Como pagamento à dívida que contraiu com seus apoiadores diretos, Bolsonaro constituiu o núcleo ideológico e decisório de seu governo com militares e religiosos conservadores, além de contar com a assessoria de grupos olavistas e ligados ao marqueteiro de Donald Trump, Steve Bannon.

Lideranças como Bolsonaro, Trump e Milei tendem a não se renovar, imediatamente, no poder. Serviçais contumazes do capital, identificados mais propriamente com os grupos destinados à espoliação, densa, intensa e frenética do meio ambiente, causam, por suas atitudes e discursos, altos níveis de estresse nos tecidos estatal e social. Mas, porque catalisam a reivindicação fundamental das elites, das classes médias e de setores das classes populares, a saber, a sua diferenciação em relação aos pobres (no caso das elites e das classes médias) e aos “mais pobres do que nós” (no caso de determinados segmentos das classes populares), lideranças como estas tendem, na era política em que nos encontramos, a renovarem sua musculatura, tornando-se aptas a retornarem ao poder.

A urdidura paulatinamente engendrada por complexa composição de fatores originados em núcleos distintos entre si, que atuam no mesmo campo ou em campos distintos, compõe-se, atualmente, ao nível mundial, como uma vigorosa estrutura de poder, a sustentar aventureiros que se habilitam a se tornar lideranças identificadas com o neoliberalismo contemporâneo e sua linhagem ideológica mais atual, o conservadorismo. Nesse caldo encontram-se antigas e novas teologias, todas elas, necessariamente, exclusivistas. Combinam-se, entre si, o tradicionalismo católico (sempre contrarrevolucionário)<sup>28</sup>, com o fundamentalismo protestante e evangélico - atualmente inclinado a associar Deus ao mercado e as contradições políticas e sociais à fantasia de que nos encontramos em meio a uma guerra santa, um embate escatológico entre o bem e o mal. Essas teologias se entrelaçam com desdobramentos doutrinários da escola neoliberal austríaca (a escola austríaca de economia), o neomarcathismo, e tantas outras fontes do pensamento conservador, cada vez mais instrumentalizadas pelos recursos tecnológicos e midiáticos de última geração<sup>29</sup>.

É nesse contexto que Lula assume a presidência da República em primeiro de janeiro de 2023. Compondo uma grande frente política, parte importante dela comprometida com a democracia, oito dias após a cerimônia de posse, Lula e a inteligência de seu governo são surpreendidos por uma impactante tentativa de golpe de Estado.

A obviedade de sua arquitetura, composição bem amalgamada entre forças militares, empresários, igreja<sup>30</sup>, policiais e políticos, ativos ou omissos, todos eles convergentes para o retorno de Bolsonaro ao poder – que, após uma derrota apertada<sup>31</sup>, seria reconduzido ao palácio do

<sup>27</sup> O mapeamento demonstra, em um momento em que o Brasil contabilizava a morte de 210 mil pessoas, “a relação direta entre os atos normativos federais, a obstrução constante às respostas locais e a propaganda contra a saúde pública promovida pelo governo federal” (Asano *et al.*, 2021, p. 2). Meses depois, chegamos ao segundo lugar no ranking mundial em números absolutos de óbitos por covid, alcançando, ao final de 2023, a perda de 693.853 vidas (Ministério da Saúde, [202-]).

<sup>28</sup> Para melhor entendimento do tradicionalismo católico, recomenda-se a leitura do Dossiê organizado por Silva e Caldeira (2023).

<sup>29</sup> Ver: Puglia (2024).

<sup>30</sup> Dentre os grupos religiosos, ganharam visibilidade no ato grupos evangélicos: “Lideranças evangélicas organizaram caravanas e convocaram golpistas para atos que acabaram na depredação do Palácio do Planalto, Congresso Nacional e prédio do Supremo Tribunal Federal (...) ‘Podemos dizer que o discurso religioso agiu como motivador ideológico dos atos violentos vistos em Brasília, porque mobiliza pautas morais, o conservadorismo da sociedade brasileira’, considera Nilza Valéria, coordenadora da Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito. A Frente conseguiu identificar algumas lideranças evangélicas que participaram dos atos e produziu uma análise onde ressalta que, ‘entre os evangélicos, como simpatizantes do movimento, podemos conferir figuras do universo gospel e pastores de igrejas locais, sem alcance nacional.’ (...) A pastora Nubia Modista, da Igreja Evangélica Apostólica de Itaguaí, no Rio de Janeiro, esteve entre o grupo de invasores que fora até Brasília e publicou vídeos dentro dos prédios públicos. ‘Tô aqui dentro do congresso. Os policiais querendo deixar entrar... olha isso’, diz a religiosa. Em outro vídeo, ela caminha pelo espaço invadido do Congresso e ironiza a segurança do local: ‘isso, solta fogos’, diz após ouvir-se um ruído de bombas” (Correia; Fonseca, 2023, *online*).

<sup>31</sup> Apesar de toda a enormidade de recursos que o governo Bolsonaro liberou para o aliciamento de votos por meio do pagamento de diversos benefícios, em matéria publicada em 22/09/2023 por Luciano Nascimento, da Agência Brasil, se lê: “A Controladoria-Geral da União (CGU) apontou inconformidades e indícios de irregularidades em auxílios emergenciais pagos pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, no ano passado. Relatório divulgado hoje (22) pela CGU aponta que as irregularidades se concentraram especificamente no período eleitoral, entre agosto e outubro de 2022, nos pagamentos dos auxílios Brasil, Caminhoneiro e Taxista. O relatório mostra que, de agosto até a realização do segundo turno das eleições, no final de outubro, foram pagos 84% dos auxílios criados em 2022, o que corresponde a R\$ 7,7 bilhões de um total de R\$ 11,75 bilhões pagos ao longo do ano” (Nascimento, 2023).

planalto nos braços fortes e pelas mãos nem um pouco amigas das forças armadas sob o discurso de que o PT, os juristas e os legisladores, conluídos com Lula, teriam fraudado as eleições –, vem se comprovando no tempo<sup>32</sup>.

Nesse momento o golpe foi frustrado. Lula não fora reabilitado à disputa eleitoral fortuitamente. Para o bem da manutenção da democracia burguesa e do próprio capital, era necessário recompor as estruturas estatais, econômicas e sociais dilapidadas por Bolsonaro. A infraestrutura não suportaria mais quatro anos seguidos de desmonte e os riscos do esgarçamento do tecido social poderia levar, quem sabe em curto espaço de tempo, a sucessivas e talvez incontroláveis manifestações populares, culminando em uma convulsão social... Era preciso deter o terrorismo bolsonarista que, se tivesse sido bem-sucedido, muito provavelmente teria sido denominado pela grande mídia e por seus especialistas de plantão por um termo bastante distinto, algo como “ação patriótica na defesa e reconstituição da lei e da ordem”.

A fina capacidade de interlocução e de negociação do outrora presidente da república era, agora, fundamental para que se procedesse à reconstrução das instituições e à recomposição do ajustamento das classes sociais aos níveis toleráveis a países “em desenvolvimento”. Mas, no centro de toda essa maquinaria do hegemônico poder econômico, teológico/religioso, político e social, é preciso controlar o presidente Lula. É necessário que seu comportamento não extrapole os limites da função diplomática e que suas ações cuidem fundamentalmente de acomodar os anseios dos mais diversos grupos sociais, nacionais e internacionais, claro, sempre em conformidade com o grande capital. É fundamental que sua presença, de algum modo, mitigue a força transformadora dos movimentos populares e sociais. O que as elites e as classes médias temem, motivo de constante vigilância, é o ressurgimento do sindicalista ou do antigo presidente que construiu as bases para o retorno do sonho de um país e de uma classe trabalhadora emancipados. Esta é a instância de Lula sempre indesejada aos que trabalham pela manutenção do status quo. Como em tantos outros momentos da história brasileira, estes não titubearão em combatê-la a qualquer custo, caso ela renasça com a devida consistência.

## Considerações Finais

Procuramos, neste artigo, apresentar aspectos estruturantes da política, da economia e da sociedade brasileiras, estabelecendo correlações com a religião, em particular no que concerne à inserção de movimentos, instituições e agentes religiosos no universo político.

O autoritarismo e o racismo de Estado, combinado com o tradicionalismo, o moralismo e o fundamentalismo religiosos ou ancorados em religiões – nas contradições que a repercussão destes possam ter, em diferentes contextos históricos, em relação às convicções e comportamentos dos grupos sociais e dos indivíduos que com eles guardam sintonia – têm marcado profundamente os rumos da política, da economia e da vida social do Brasil moderno e contemporâneo.

Essa armação vem sustentando, em nossa história moderna e contemporânea, governos oligárquicos; governos democráticos comprometidos com trabalhismo; ditaduras oriundas de

<sup>32</sup> Vide decisão judicial condenatória em termos específicos para cada grupo de réus, proferida pelo Ministro Alexandre de Moraes em 26 de janeiro de 2024, sobre a “Pet 12.100/DF, autuada por prevenção ao Inq. 4.784/DF (Pet 10405/DF)”, contra diversos agentes do alto escalão do Governo Bolsonaro, dentre eles militares de alta patente, e, também, do próprio Bolsonaro, cujo objeto se enuncia da seguinte forma: “A presente representação da Polícia Federal aborda, especificamente, fatos relacionados ao eixo de atuação *‘tentativa de Golpe de Estado e de Abolição violenta do Estado Democrático de Direito’* com operação de núcleos e cujos desdobramentos se voltavam a disseminar a narrativa de ocorrência de fraude nas eleições presidenciais, antes mesmo da realização do pleito, de modo a viabilizar e, eventualmente, legitimar uma intervenção das Forças Armadas, com abolição violenta do Estado Democrático de Direito, em dinâmica de verdadeira milícia digital, à semelhança do procedimento já adotado pelo autointitulado GDO (gabinete de ódio), investigado no INQ 4781” (Moraes, 2024).

golpes; governos democráticos associados com o grande capital internacional e nacional; governos democráticos engajados na edificação de um Estado Social; governos formalmente democráticos, mas originários de golpes; governos protofascistas democraticamente eleitos, e governos democráticos de coalizão.

Importa compreender, para além desse esquema, os mecanismos internos que o colocam em funcionamento, além das fontes e as causas de tais mecanismos. Tarefa nada simples, porém, necessária, e, porque não dizer, instigante.

## Referências

- Abramovay, R. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas: Hucitec, Anpocs e Ed. da UNICAMP, 1992.
- Apuração e Resultados: Eleições 2018. *Estadão*, [s. l.], 2018. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/eleicoes/2018/apuracao/primeiro-turno/>. Acesso em: 12 fev. 2024.
- Araújo, E. M. *Dom Helder Câmara: profeta-peregrino da justiça e da paz*. Aparecida: Ideias & Letras, 2012.
- Arns, P. E.; Potter, P. *Brasil: nunca mais*. 3. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1985.
- Asano, C. L. et al. (ed.). *Direitos na pandemia: mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à COVID-19 no Brasil*. São Paulo: Cepedisa, Conectas Direitos Humanos, 2021. (Boletim n. 10). Disponível em: <https://www.conectas.org/publicacao/boletim-direitos-na-pandemia-no-10/#wpcf7-f18339-o1>. Acesso em: 11 set. 2024.
- Barsalini, G. *Mazzaropi: o Jeca do Brasil*. Campinas: Átomo, 2002.
- Bolsonaro em 25 frases polêmicas. Em seus quase 30 anos de vida política, o eleito proferiu uma série de declarações controversas sobre temas que vão da tortura aos direitos humanos. *CartaCapital*, [s. l.], 29 out. 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>. Acesso em: 2 fev. 2024.
- Caldeira, R. C.; Gama, V. A. A TFP e a sua visão sobre o comunismo no contexto das pautas morais contemporâneas: novas facetas do anticomunismo católico. In: Pereira, M. A. M. L.; Pimenta, E. F. (org.). *Dimensões do anticomunismo no Brasil* [recurso eletrônico]: novos estudos e perspectivas de análise. São Luís: EDUFMA, 2024. p. 291-310.
- Cardoso, F. H.; Faletto, E. Dependência e Desenvolvimento na América Latina. In: Bielschowsky, R. (org.). *Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL/1*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 495-520. v. 1.
- Correia, M.; Fonseca, N. O envolvimento de pastores na invasão dos Três Poderes. *Nexo*, [s. l.], 10 jan. 2023. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/externo/2023/01/10/O-envolvimento-de-pastores-na-invas%C3%A3o-dos-Tr%C3%AAs-Poderes>. Acesso em 20 maio 2023.
- Dagnino, E. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: *Políticas de Ciudadanía y Sociedad Civil en tiempos de globalización*. Caracas: Faces, 2004. p. 95-110.
- Eleições 2018 – Eleições em números. *G1*, [s. l.], 22 ago. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/08/22/pesquisa-datafolha-lula-39-bolsonaro-19-marina-8-alcmin-6-ciro-5.ghtml>. Acesso em: 12 fev. 2024.
- Faoro, R. *Os donos do poder*. São Paulo: Globo, Publifolha, 2000. v. 2.
- Fernandes, F. A concretização da Revolução Burguesa. In: Ianni, O. (org.). *Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante*. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 425-450.
- Green, J. N.; Jones, A. Reinventing history: Lincoln Gordon and his multiple versions of 1964. *Revista Brasileira de História*, v. 29, n. 57, p. 67-89, 2009.
- Guimarães, E.; Sbardelotti, E.; Barros, M. (org.). *50 anos de teologias da libertação: memória, revisão, perspectivas e desafios*. São Paulo: Recriar, 2022.

- Hermida, X.; Oliveira, R.; Rossi, M. Lula: Eu não sou um ser humano, sou uma ideia. E não adianta tentar acabar com as ideias. *El País*, São Paulo, 8 abr. 2018. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/08/politica/1523145272\\_467301.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/08/politica/1523145272_467301.html). Acesso em: 2 fev. 2024.
- Ianni, O. *Pensamento social no Brasil*. Bauru: Edusc, 2004.
- Jair Bolsonaro é eleito presidente com 57,8 milhões de votos. *G1*, [s. l.], 29 out. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/apuracao/presidente.ghtml>. Acesso em: 12 fev. 2024.
- Kageyama, A. A.; Silva, J. G. Os Resultados da Modernização Agrícola dos Anos 70. *Estudos Econômicos*, p. 537-559, 1983.
- Lopes, D. A. *Marginais da História?* Campinas: Alínea, 1997.
- Löwy, M. *O que é cristianismo da libertação: religião e política na América Latina*. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.
- Ministério da Saúde (Brasil). COVID-19 no Brasil. Brasília: Ministério da Saúde, [202-]. Disponível em: [https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19\\_html/covid-19\\_html.html](https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html). Acesso em 11 set. 2024.
- Moraes, A. Petição 12.100 Distrito Federal. *Conjur*, 2024. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/wp-content/uploads/2024/02/PET-12100-DECISAO-ASSINADA.pdf>. Acesso em 15 fev. 2024.
- Nascimento, L. CGU: 84% dos benefícios de 2022 foram pagos durante período eleitoral. *Agência Brasil*, São Luis, 22 set. 2023. Economia. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-09/cgu-84-beneficios-pagos-em-2022-foram-nos-tres-meses-de-eleicoes#:~:text=O%20relat%C3%B3rio%20mostra%20que%2C%20de,pagos%20ao%20longo%20do%20ano>. Acesso em: 14 fev. 2024.
- Pierucci, A. F. As bases da nova direita. *Novos Estudos*, n. 19, p. 26-45, 1987.
- Puglia, L. O anticomunismo na Nova República. In: Pereira, M. A. M. L.; Pimenta, E. F. (org.). *Dimensões do anticomunismo no Brasil: novos estudos e perspectivas de análise*. São Luís: EDUFMA, 2024. p. 356-379.
- Ramalho, R.; Oliveira, M. TSE decide por 6 votos a 1 rejeitar a candidatura de Lula a presidente. *G1*, Brasília, 31 ago. 2018. Eleições 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/08/31/maioria-dos-ministros-do-tse-vota-pela-rejeicao-da-candidatura-de-lula.ghtml>. Acesso em: 12 fev. 2024.
- Sallum Junior, B.; Kugelmas, E. O Leviathan declinante: a crise brasileira dos anos 80. *Estudos Avançados*, v. 5, n. 13, p. 145-159, 1991.
- Silva, A. R. C.; Caldeira, R. C. Catolicismo perante o mundo moderno e secular: debatendo o intransigentismo. *Reflexão*, v. 48, 2023.
- Silva, L. I. L. *Carta ao povo brasileiro*. São Paulo, 2002. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2010/02/cartaapovobrasileiro.pdf>. Acesso em 9 abr. 2018.
- Sodré, N. W. *Desenvolvimento Brasileiro e luta pela cultura nacional*. Itu: Ottoni, 2010.
- Souza, J. *Como o racismo criou o Brasil*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.
- Tribunal Regional Eleitoral (São Paulo). Calendário Eleitoral Resumido – Eleições 2018. *TRE-SP*, São Paulo, [2018?]. Disponível em: <https://www.tre-sp.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2018/calendario-eleitoral-resumido-eleicoes-2018>. Acesso em: 2 fev. 2024.
- Tribunal Superior Eleitoral (Brasil). TSE aprova registro de candidatura de Fernando Haddad a presidente da República. *Portal do TSE*, Brasília, 25 set. 2018b. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Setembro/tse-aprova-registro-de-candidatura-de-fernando-haddad-a-presidente-da-republica>. Acesso em: 12 fev. 2024.
- Tribunal Superior Eleitoral (Brasil). TSE indefere pedido de registro de candidatura de Lula à Presidência da República. *Portal do TSE*, Brasília, 1 set. 2018a. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Setembro/tse-indefere-pedido-de-registro-de-candidatura-de-lula-a-presidencia-da-republica>. Acesso em: 12 fev. 2024.
- Trindade, T. A. *Protesto e Democracia: ocupações urbanas e luta pelo direito à cidade*. Jundiá: Paco, 2017.